

Introdução

futuro da ilha de Taiwan continua a ser, sem dúvida, o principal ponto de fricção entre os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC). Para Pequim, Taiwan é uma província rebelde cujo destino último passa pela reunificação política e económica com a China. Mas a declaração, em Abril de 2001, que os EUA sob a nova presidência republicana de George W. Bush «farão tudo o que for necessário» para defender Taiwan, logo após o anúncio de que estariam dispostos a vender-lhe o maior pacote de armamentos dos últimos nove anos, parece indicar uma nova orientação de Washington nas suas relações com a ilha. As palavras do Presidente norte-americano, ao clarificarem a posição dos EUA para com Taipé, põem fim à chamada «ambiguidade estratégica» das anteriores presidências norte-americanas face ao que fazer em caso de um eventual ataque da China a Taiwan². Reagindo às declarações, Pequim reiterou que «só existe uma China no mundo», que «Taiwan faz parte da China» e que «não é nenhum protectorado de um país estrangeiro», e avisou os Estados Unidos de que estariam a «seguir uma via perigosa»³. A deterioração das relações entre Washington e Pequim não passou despercebida, aumentando os receios de um conflito entre os dois gigantes na região Ásia-Pacífico. Mas para os que já começam a ver os dois países em pólos opostos, lutando pela supremacia na região Ásia-Pacífico, aconselha-se moderação.

Este artigo pretende explicar, em primeiro lugar, a transformação da estratégia de Washington face a Taiwan e à China, durante os anos 90, e em que termos está relacionada com desenvolvimentos recentes no seio da política doméstica norte-americana e taiwanesa, e, em segundo lugar, a complexidade e dinamismo das relações entre estes três actores.

Colisão no estreito da Formosa

Desde que Washington e Pequim normalizaram as relações nos finais dos anos 70, o governo norte-americano tem mantido uma «ambiguidade estratégica» quanto ao estatuto de Taiwan. Se, por um lado, Washington se

comprometia a respeitar o princípio de uma só China e a reconhecer que Taiwan é parte integrante da China, o apoio militar e político que continuou a conceder a Taipé não deixou nunca de provocar suspeitas e desconfianças em Pequim⁴. Quer fossem lideradas por democratas quer por republicanos, sucessivas administrações norte-americanas reafirmaram publicamente que estariam contra qualquer tentativa de imposição militar da reunificação por parte de Pequim, apelando para a resolução pacífica do conflito, desde que acordada mutuamente pelas duas partes⁵. O comportamento por parte dos Estados Unidos mais não parece ser do que o produto das contradições geradas, por um lado, pelos acordos bilaterais, declarações públicas, e promessas em privado entre Pequim e Washington, e, por outro lado, pelos compromissos assumidos pelos norte-americanos em relação a Taipé através do *Taiwan Relations Act* de 1979⁶. Uma das contradições mais evidentes tem residido precisamente no facto de que, enquanto o *Taiwan Relations Act* obriga Washington a vender armas a Taipé, os Estados Unidos têm-se comprometido publicamente perante a China de que a venda seria reduzida em quantidade e qualidade⁷.

Embora Washington tenha tido a preocupação de só vender o que considerava ser de carácter defensivo, Taiwan manteve-se sempre como um dos principais clientes da indústria de armamento norte-americana, adquirindo desde sistemas de defesa antiaérea a fragatas, tanques e helicópteros⁸. Mais importante, no entanto, foi a limitação imposta por Washington a contactos com oficiais taiwaneses responsáveis pela área de operações, quer se tratasse de seminários profissionais, exercícios militares conjuntos ou sessões de formação, de modo a não enfurecer Pequim. Se esta política procurava acima de tudo assegurar a Pequim que o *Taiwan Relations Act*, votado pelo Congresso norte-americano em 1979, não representava de modo algum uma aliança militar com a ilha, a sua implementação acabaria por afectar negativamente o intercâmbio entre as forças militares dos Estados Unidos e Taiwan. Uma situação bem distinta da que tem existido entre Washington e os seus dois principais aliados na região, o Japão e a Coreia do Sul. Durante mais de 15 anos esta estratégia

funcionou bem, sem criar conflitos maiores entre a China e os Estados Unidos.

Ponto de viragem: o fim da estabilidade relativa

Mas Março de 1996 representaria o ponto de viragem dessa política, quando, a poucas semanas das primeiras eleições presidenciais directas na ilha, a China decide lançar quatro mísseis balísticos *DF-15* de curta distância em zonas costeiras perto dos dois portos mais importantes de Taiwan, Keelung e Kaoshiung. Com as sondagens a apontar para a vitória do então Presidente Lee Teng-Hui, acusado por Pequim de promover a independência da ilha, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Shen Guofang, não escondia em declarações à imprensa que os testes tinham sido causados «pelos actos perversos de alguns líderes em Taiwan advogando a independência de Taiwan»⁹. Numa rara reacção aos testes chineses e no que foi considerado como uma das maiores demonstrações de força dos Estados Unidos em relação à China, desde os anos 50, Washington, então sob a presidência de Bill Clinton, responde com o envio de dois porta-aviões para as águas em torno de Taiwan. Para Shlapak, Orletsky e Wilson, «a forma desastrosa como a China tentou coagir Taiwan, em contraste com o processo democrático pacífico em Taiwan, sem dúvida que elevou o estatuto de Taiwan aos olhos de muitos americanos e pode ter aumentado consideravelmente a possibilidade de os Estados Unidos intervirem em caso de um conflito armado entre Pequim e Taipé»¹⁰.

Após os exercícios militares, Clinton procurou nos quatro anos posteriores renovar o compromisso entre Washington e Pequim, através da realização de cimeiras conjuntas. Em Outubro de 1997, o líder chinês, Jiang Zemin, visita os Estados Unidos, e no ano seguinte, em Junho, Clinton retribui com uma visita à China. Durante estas iniciativas diplomáticas, Clinton declara, num claro distanciamento face a Taiwan, não só que os dois países são «parceiros estratégicos», mas também que os Estados Unidos se comprometiam a respeitar os chamados «três nãos»: não à independência de Taiwan, não à existência de «duas Chinas» (ou uma China e uma

Taiwan), e não ao apoio à entrada de Taiwan em qualquer organização internacional que exigisse o estatuto de Estado-Nação. Contudo, a emergência de dois novos factores, nomeadamente o papel activo pró-Taiwan desempenhado pelo Congresso (e, mais subtil, pelo Pentágono), e o agravamento das relações entre Taipé e Pequim, neste período contribuíram fortemente para restringir a eficácia destas iniciativas de Washington destinadas a «engajar» a China¹¹.

Em primeiro lugar, preocupado com a capacidade de autodefesa de Taiwan depois dos exercícios militares da China, o Congresso norte-americano pediu ao Presidente que «tornasse claro» a Jiang Zemin, durante a sua visita a Washington, em Junho de 1998, que permanecia viva a expectativa de que o conflito no estreito da Formosa seria resolvido sem recurso às armas, e que os Estados Unidos continuariam obrigados pelo *Taiwan Relations Act* a assegurar a defesa de Taiwan. Em simultâneo, o Congresso votou legislação requerendo a elaboração pelo Pentágono de estudos relacionados com o fornecimento de um sistema antibalístico a Taiwan e a possível integração da ilha num virtual escudo antibalístico desenvolvido pelos Estados Unidos. No ano seguinte, os estudos são entregues ao Congresso, revelando que o contínuo crescimento das capacidades militares da China (especialmente através da instalação de plataformas de lançamento de mísseis na zona costeira frente a Taiwan) representava uma ameaça séria à segurança da ilha. De acordo com Ellis Joffe, um especialista em assuntos militares chineses, o principal objectivo a longo prazo da modernização militar chinesa é dotar as forças armadas com a capacidade para invadir Taiwan e prevenir ou frustrar qualquer intervenção norte-americana. Mas que, a curto prazo, a estratégia militar chinesa passa pela melhoria da potência balística nacional e de unidades de operação especiais de modo a estarem prontas para impedir qualquer tentativa de Taiwan de assumir o estatuto de nação independente. Joffe afirma que isto mais não é do que a resposta face à crise de Março de 1996, que levou as autoridades chinesas a duas conclusões. Primeiro, que os líderes de Taiwan estavam prontos para colocar a ilha na rota, inaceitável, da independência e que tal

obrigaria, eventualmente, Pequim a intervir com recurso à força para se reunificar com Taiwan. E, segundo, que tal intervenção traria uma intervenção militar norte-americana¹².

Em consequência dos estudos, alguns membros do Congresso, principalmente republicanos, começaram activamente a envolver-se na revisão anual da venda de armas a Taiwan, e submeteram ao Congresso um novo acto legislativo, o *Taiwan Security Enhancement Act* (TSEA), destinado a fortalecer os laços militares entre os Estados Unidos e Taiwan, numa tentativa muito clara de aumentar a influência desta câmara na condução das relações entre Washington e Taipé. O acto, que passou no Congresso em Fevereiro de 2000, mas que ainda carece de aprovação pelo Senado, diz que: «a falta de clareza pode levar a mal-entendidos e conflitos desnecessários entre os Estados Unidos e a República Popular da China, com consequências graves para a segurança da região do Pacífico Ocidental». Reclama, ainda, uma maior cooperação entre os Estados Unidos e Taiwan, mas sem exigir a formalização de uma aliança militar, a submissão ao Congresso de relatórios anuais pelo Departamento de Defesa sobre a «segurança no estreito da Formosa», novos programas de intercâmbio entre militares norte-americanos e taiwaneses, tal como revisões anuais sobre a capacidade de resposta dos Estados Unidos a qualquer «contingência» militar na região da Ásia-Pacífico¹³.

Apesar de a iniciativa legislativa caber ao Congresso, o Pentágono também se empenhou em influenciar o processo político, ainda que de forma mais subtil. A crise dos mísseis, em 1995 e 1996, levou alguns oficiais do Pentágono a repensar as relações militares com Taiwan e a defender uma nova estratégia por parte de Washington face à ilha de modo a consolidar a posição norte-americana na zona. O lançamento dos mísseis por parte de Pequim parecia indicar que a China tinha não só a vontade, mas também uma crescente capacidade militar, para usar a força se necessário de modo a levar adiante a reunificação nacional. Embora houvesse um plano de acção na eventualidade de qualquer conflito no estreito da Formosa, quando Washington decidiu enviar os porta-aviões para a zona, ficou bem evidente

que a sua operacionalidade poderia ser posta em causa em situações de combate, pela falta de conhecimento do plano de defesa taiwanês e pela fraca cooperação entre os dois lados no período anterior à crise¹⁴.

A deterioração das relações entre Taipé e Pequim limitou também os esforços de Washington destinados a reforçar os laços com a China. Em Julho de 1999, em vésperas de um encontro de alto nível entre representantes chineses e taiwaneses, o Presidente de Taiwan afirma que as relações com o continente passariam a ser «relações especiais de Estado a Estado». Pequim, enfurecida com a declaração, rapidamente cancela o encontro, acusando Lee Teng-Hui de apoiar a independência da ilha. Com novas eleições presidenciais marcadas para Março de 2000, a emergência de Chen Shui-Bian, um claro defensor da independência de Taiwan, como um dos potenciais candidatos à presidência da ilha, levou Pequim a emitir várias declarações acautelando contra qualquer tentativa de separatismo. Embora evitando os exercícios militares de 1996, a hostilidade dos comentários da liderança chinesa foi crescendo à medida que as eleições se aproximavam¹⁵. Para o especialista em questões de defesa Eliot Cohen, a institucionalização da democracia em Taiwan representa dois grandes desafios para a China, ao dificultar um acordo de reunificação que não tenha em conta a opinião da população de Taiwan, e ao revelar ao povo chinês que existem alternativas ao sistema «pseudocomunista corrupto» no continente¹⁶. A posterior vitória de Chen nas eleições, ainda que com menos de 40 por cento dos votos, e a vitória do pró-independência Partido Democrático Progressista nas eleições legislativas em Dezembro de 2001, ultrapassando pela primeira vez o até agora dominante Partido Kuomintang, parece ter vindo dificultar futuras conversações entre o continente e a ilha¹⁷.

Uma relação complexa e dinâmica

No entanto, interpretações alarmistas quer sobre a nova orientação de Washington quer sobre antagonismo recente de Pequim face a Taiwan devem ser lidas com cautela, porque a complexidade das relações entre os

três protagonistas envolvidos no jogo político, económico e militar no estreito da Formosa oferece antes uma visão mais dinâmica, onde cooperação e conflito se entrecruzam desafiando qualquer visão que simplifique a realidade, como um «duelo Estados Unidos-China»¹⁸. Como afirma David Shambaugh, «ninguém deve esperar ingenuamente que os dois governos (Washington e Pequim) e populações vejam o mundo e os seus interesses da mesma forma ou que mantenham relações harmoniosas nunca dissonantes. Ao mesmo tempo, as diferenças entre os dois não devem ser exageradas, nem os dois grandes poderes continentais estão predestinados a terem uma relação hostil e adversária. A questão é: será que conseguem viver com esta ambiguidade?»¹⁹.

Washington e Pequim

Se a nova Administração republicana, onde figuras militares desempenham um papel importante, parece decidida a alterar o estatuto de Pequim como «parceiro estratégico» (alçado pela anterior presidência Clinton), ainda é cedo para se dizer que Washington considera a China como uma nação «inimiga». Enquanto a presidência Bush continua a dar grande importância à forma como são efectivamente desenvolvidas as relações com Pequim, os seus membros, pelo menos nestes primeiros anos da Administração, têm revelado uma opinião muito diferente do anterior Governo Clinton quanto ao modo como devem ser conduzidos esses contactos²⁰. Durante a sua confirmação perante o Senado norte-americano, o novo secretário de Estado, Colin Powell, tornou bem claro que «A China não é um parceiro estratégico, mas também não é a nossa inevitável e implacável inimiga. A China é uma (nação) concorrente, um potencial rival regional, mas também é um parceiro comercial disposto a cooperar em áreas onde os nossos interesses estratégicos se inter cruzam. A China é tudo isto, mas não é uma inimiga, e o nosso desafio é mantê-la como tal, enredando-a num Estado de direito, expondo-a às forças poderosas da democracia e do sistema de mercado livre, de modo a que possa ver que este é o caminho mais apropriado para o qual se deve dirigir»²¹.

E embora a nova Administração já se tenha revelado como a mais próxima de Taiwan desde 1979, Bush não deixou de reafirmar que Washington manterá o respeito para com o princípio «Uma China» (reconhecimento oficial apenas de Pequim), rejeitará qualquer declaração de independência por parte de Taipé, e defenderá a resolução pacífica da disputa entre a China e Taiwan²².

O anúncio de que Washington estaria disponível para vender a Taipé o maior pacote de armamento dos últimos anos deve ser encarado como uma resposta a uma avaliação do exército de Taiwan pelo Pentágono, que surpreendeu os analistas militares norte-americanos. De acordo com o relatório, não só Taiwan precisa de armas mais modernas, mas também de reformar todo o sistema militar caracterizado, entre outros problemas, por uma moral baixa, má preparação, corrupção no processo de aquisição de armamento, comando fraco, excessiva influência do exército sobre a força aérea e marinha. O lançamento dos mísseis pela China em 1996 marcou o ponto de viragem nas contactos militares entre Washington e Taipé, ao forçar o Pentágono a iniciar um estudo detalhado sobre as necessidades defensivas da ilha. Os comentários de um oficial norte-americano, que visitou a ilha para conduzir a pesquisa, não podiam ser mais reveladores: «antes de cá virmos, pensávamos que iríamos encontrar Israel; em vez disso, encontrámos o Panamá»²³. Contudo, os Estados Unidos decidiram adiar a venda de um sofisticado sistema de radar (*Aegis*) altamente cobiçado por Taiwan, mas em relação ao qual a China tinha levantado grandes objecções²⁴. Com a China a apostar cada vez mais na modernização do seu arsenal bélico e a afirmar que usará a força se necessário para retomar o que considera ser uma província renegada, as reformas do exército taiwanês são consideradas importantes para Washington, interessado em manter o equilíbrio militar no estreito da Formosa²⁵. Ainda em Abril deste ano, o almirante Dennis Blair, responsável pelas forças militares norte-americanas na região Ásia-Pacífico, reiterou as preocupações de Washington quanto à segurança na área, dizendo, numa conferência em Hong Kong, que a China tem vindo a aumentar a instalação

de mísseis balísticos de curto alcance no seu território e que 300 deles estavam apontados em direcção a Taiwan. Blair avisou ainda que, embora os mísseis não representassem de momento uma diferença militar significativa, se continuassem a aumentar em número e precisão, chegando ao ponto de ameaçar a defesa de Taiwan, nessa altura, então, Washington provavelmente reavaliaria a venda de defesas antibalísticas a Taiwan²⁶.

Pequim também não parece ver somente antagonismo nas suas relações com os Estados Unidos. Numa entrevista ao *Washington Post*, em Março de 2001, Jiang Zemin afirmava:

«Eu não tenho a visão ingénuo ou romântica de que a parceria estratégica proposta pelo Presidente Clinton seria uma relação isenta de conflitos e disputas. A relação envolvia ambos os aspectos. [...] Ao mesmo tempo, também não acredito que no discurso do competidor Presidente Bush não haja lugar para a cooperação. [...] Eu acredito que os dois lados devem procurar interesses comuns e pôr de parte as suas diferenças. Nós devemos cooperar e pôr a funcionar no novo século uma nova relação de Estado a Estado entre os nossos países»²⁷.

Se, no mês seguinte, as declarações de Bush sobre Taiwan, o anúncio da venda do pacote de armamento à ilha e o que já é considerado o mais grave incidente entre Washington e Pequim envolvendo um avião de vigilância norte-americano em missão de rotina no Mar do Sul da China e um caça chinês, parecem ter gerado uma nova crise entre os dois países, os ataques de 11 de Setembro ao World Trade Center e ao Pentágono acabaram por abrir uma nova oportunidade de cooperação. O Presidente chinês condenou imediatamente os atentados e ofereceu o apoio da China aos Norte-Americanos na sua luta contra o terrorismo global²⁸. Os dois líderes encontraram-se pela primeira vez em Xangai durante o encontro anual do fórum da APEC (Cooperação Económica na Ásia-Pacífico), em Outubro, com a imprensa chinesa citando a vontade de ambos os lados em desenvolver uma nova «relação de cooperação construtiva». O simples facto de o Presidente norte-americano ter decidido viajar até à China, deixando por uns dias o comando da guerra contra o terrorismo, foi visto como um

importante sinal para Pequim, mesmo que a sua visita tivesse como objectivo primeiro acumular apoio internacional no combate antiterrorismo²⁹.

A descoberta em Janeiro deste ano de várias escutas electrónicas no futuro avião presidencial de Jiang Zemin, depois da sua entrega por uma companhia norte-americana, e a poucas semanas de uma cimeira entre Pequim e Washington, veio mostrar que as relações entre os dois países pareciam ter assumido um novo rumo. Ambos reagiram com calma, evitando que o incidente viesse pôr em causa a cimeira. Pequim não acusou os Estados Unidos de espionagem, e, em declarações à imprensa, Donald Rumsfeld, o secretário de Estado norte-americano para a Defesa, afirmou que os dois países tinham muitos interesses comuns e que a «vida continua»³⁰. Em Fevereiro, George Bush visitou Pequim onde discutiu com Jiang Zemin uma série de assuntos bilaterais e internacionais, com ambos a reafirmar o seu compromisso para com uma relação «construtiva e cooperadora». Os dois líderes concordaram em intensificar o diálogo a alto nível e expandir as trocas e cooperação bilateral em áreas económicas, comércio, energia, saúde, direito, ciência, tecnologia, protecção ambiental, luta contra a sida e contraterrorismo. Mas a cimeira também revelou que Pequim e Washington continuam divididos noutras áreas, como o combate à proliferação de armas nucleares, Taiwan, direitos humanos e liberdade religiosa³¹. No último dia da sua visita, Bush reiterou publicamente o apoio norte-americano para com «Uma China», mas recusou-se, perante uma audiência de estudantes na Universidade de Tsinghua na capital chinesa, a secundar a «reunificação pacífica» entre Taiwan e a China. Em vez disso, Bush apelou para um «diálogo pacífico» entre Taipé e Pequim, reafirmando o compromisso de Washington para com a ilha: «quando o meu país estabelece um acordo, nós responsabilizamo-nos pelo seu cumprimento. Há algo chamado *Taiwan Relations Act* e eu honro esse acordo, que diz que nós ajudaremos Taiwan a defender-se, se provocada»³². A viagem incluía, no entanto, a possibilidade de a Administração Bush ganhar uma primeira boa impressão por parte do vice-presidente Hu Jintao, o provável sucessor de

Jiang Zemin como secretário-geral do Partido Comunista Chinês neste próximo Outono, e presidente na Primavera de 2003. Embora o seu passado envolva a imposição da lei marcial no Tibete em finais dos anos 80, Hu tem assumido uma atitude discreta no Governo chinês, apesar de já ter começado a desempenhar um papel influente num conjunto de pastas governamentais importantes. De acordo com o *Financial Times*, o vice-presidente chinês criou um grupo de trabalho informal dedicado à análise das relações sino-americanas, e entre as suas tarefas incluem-se o desenvolvimento de estratégias a longo prazo para lidar com o Congresso norte-americano, gerir a imagem da China nos Estados Unidos e procurar um entendimento mútuo na questão de Taiwan. Na área económica, Hu é o número dois de uma nova comissão estatal para a indústria de informação responsável pela racionalização da competição nos mercados crescentes da televisão e telecomunicações³³. E num sinal de que os laços com Washington continuarão a dominar a agenda da política externa chinesa durante a sua esperada liderança, Hu visitou pela primeira vez os Estados Unidos em finais de Abril, proporcionando à Administração Bush um contacto mais directo com o apontado herdeiro de Jiang Zemin³⁴. Para analistas chineses, a atitude de Pequim em relação a Washington é antes de mais caracterizada por uma postura de «esperar para ver». Isto porque anteriores presidências norte-americanas iniciaram os seus mandatos assumindo posições de conflito em relação à China para mais tarde seguirem uma linha mais moderada. Basta ver o caso de Bill Clinton. Quando entrou na Casa Branca, prometeu pôr fim à política de «apaziguamento» de ditadores do seu antecessor, mas depois acabou por estabelecer uma «parceria estratégica» com Pequim³⁵.

Pequim e Taipé

Desde que venceu as eleições presidenciais em Maio de 2000, Chen Shui-Bian, e ao contrário do esperado, tem oferecido à China gestos de boa vontade. Embora a plataforma política do seu Partido Democrático Progressista apele para um referendo nacional sobre a independência da

ilha, Chen decidiu que este não se realizará, ao mesmo tempo que abandonou a fórmula «relações especiais de Estado a Estado» anunciada pelo anterior Presidente Lee Teng-Hui, e que tanto enfureceu a China³⁶. E ao contrário de Lee, Cheng tem apoiado a intensificação das relações comerciais com o continente, tal como o estabelecimento directo de ligações comerciais, de transporte e de comunicação, normalmente realizado via terceiros, como Hong Kong³⁷. Cheng aboliu o limite de 50 milhões de dólares para investimentos no continente, e anunciou que aos nacionais da China será possível entrar na ilha como turistas, embora só aqueles que sejam residentes em outros países que não a China³⁸. Num relatório publicado em Março de 2000 intitulado «O Princípio de Uma China e a Questão de Taiwan», Pequim avisava Taipé de que o fracasso ou qualquer adiamento indefinido das negociações para a reunificação resultaria num ataque militar, adiantando no entanto que as conversações seriam oferecidas numa «base de igualdade», uma das duas principais condições de Chen para se reatarem conversações entre os dois lados³⁹. Contudo, a insistência por parte de Pequim de que as negociações só ocorrerão quando Chen aceitar o princípio de que só existe uma China e que Taiwan faz parte dela, continua a ser rejeitada pelo Presidente taiwanês⁴⁰.

Nos últimos meses, Pequim parece, no entanto, decidida a reavivar os contactos com o Governo de Taipé⁴¹. Em finais de Janeiro, Qian Qichen, uma das figuras eminentes da política externa chinesa e vice-primeiro-ministro, disse que membros do Partido Democrático Progressista seriam bem-vindos a Pequim e apelou para um novo diálogo e fortes laços económicos entre a China e Taiwan. Num passo visto como reconciliatório, Qian afirmou que «nós acreditamos que há uma distinção entre a vasta maioria dos membros do Partido Democrático Progressista e um muito pequeno número de activistas teimosos a favor da independência de Taiwan» e que Pequim os convidava a visitar o continente «em circunstâncias apropriadas para promover o entendimento (entre os dois lados)»⁴². Em Taipé, o Presidente Chen Shui-Bian respondeu positivamente às palavras de Qian, declarando que todos os comentários e actos que

pudessem melhorar as relações no estreito da Formosa eram sempre bem-vindos. Mas também acrescentou que «a escolha democrática do povo de Taiwan deve ser respeitada e aceite por toda a comunidade internacional, incluindo a China continental»⁴³. As palavras de Qian Qichen foram seguidas, em Março, por um discurso do primeiro-ministro Zhu Rongji, durante o início das actividades do «parlamento» chinês, onde foi repetida a oferta para o resumo das negociações entre Pequim e Taipé.

Para alguns analistas, a nova abertura do Governo de Pequim face a Taipé mais não é do que uma tentativa para melhorar a sua imagem em Washington, mas, para outros, é uma resposta aos crescentes sinais de que o Governo taiwanês de Chen Shui-Bian parece apostado em reclamar para a ilha uma identidade nacional e independente do continente. Em Janeiro, Chen anunciou que as palavras «emitido em Taiwan» passariam a estar presentes nos passaportes da ilha. Em simultâneo, o Gabinete de Informação de Taiwan decidiu alterar o seu logótipo que anteriormente incluía um mapa da China, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da ilha está a reconsiderar a alteração da denominação das suas representações no exterior de Gabinete de Assuntos Económicos e Culturais de Taipé para Gabinete de Representação de Taiwan. Entretanto, o dialecto taiwanês recebeu um estatuto semioficial, o ensino da história de Taiwan nas escolas está em expansão, e nalguns colégios a literatura chinesa parece destinada a ser tratada como literatura estrangeira⁴⁴.

Se no campo político as relações entre Pequim e Taiwan continuam instáveis, na área comercial, a integração económica tem crescido rapidamente, apesar da tentativa sem sucesso do anterior Presidente Lee em travar o investimento taiwanês na China através de uma política denominada «vai devagar, sê paciente»⁴⁵. No fim do seu mandato, em 2000, as trocas comerciais entre Taiwan e China atingiam os 25 mil milhões de dólares anuais, com os investimentos totais a chegarem aos 40 mil milhões de dólares⁴⁶. Com Chen, o investimento no continente tem sido ainda mais rápido, a alcançar os dez mil milhões de dólares em apenas dois anos, e o valor das trocas comerciais (30 mil milhões de dólares em 2000)

já faz de Taiwan o sexto maior parceiro comercial da China. Em declarações no princípio do ano, e com a admissão formal de Taiwan na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Janeiro, Chen prometeu que Taipé iria reforçar a cooperação económica e comercial com a China, que se juntou à OMC em Dezembro de 2001⁴⁷.

Conclusão

É precisamente o cruzamento desses dois elementos, competição e cooperação, com Taiwan pelo meio, que tem levado as relações bilaterais entre Washington e Pequim a desenvolverem-se de forma mais complexa e volátil e, por isso, mais difícil de serem desmontadas para melhor compreensão. Em última análise, a situação no Estreito da Formosa dependerá certamente da forma como os governos chinês, norte-americano e taiwanês conseguirem equilibrar interesses domésticos com pressões externas.

Em Pequim, a estrutura do poder político tem vindo a sofrer alterações desde o desaparecimento de Mao Tsé-Tung, cujas decisões, por mais erradas que pudessem ter sido, eram fielmente cumpridas. Mas, com a sua morte, a liderança chinesa decidiu construir um novo processo de decisão política baseado no consenso dos membros mais importantes da hierarquia do Partido Comunista. A crise da Praça de Tiananmen em 1989 veio mostrar, no entanto, que o sistema era falível pela sua incapacidade de identificar com clareza quem é que estava ao comando da nação. Assim, e durante semanas a fio, a resposta às manifestações nas ruas revelou as hesitações no seio do partido e deu origem a instruções contraditórias por parte da liderança⁴⁸. Em simultâneo com estas divisões no topo da hierarquia governamental nos últimos 20 anos, os interesses económicos entre os vários ministérios, e entre estes e as províncias, também parecem ter tomado direcções diferentes. A China é um país de contrastes e em rápida mudança, onde já se nota uma diferença abismal, em termos de riqueza, entre as regiões costeiras e as do interior, entre meios urbanos e rurais, e mesmo nas cidades, onde uma classe média emergente convive

com um crescente número de desempregados, fruto do fecho de muitas empresas estatais sujeitas aos requisitos de eficiência económica defendida pelo Governo. Assim, sob a capa de uma transformação fenomenal que tem chamado a atenção do mundo, existe um lado obscuro deste desenvolvimento e que pode ser perigoso para a futura estabilidade da China. A reacção «patriótica» do público chinês face ao recente incidente com o avião norte-americano parece ter as suas raízes precisamente no ressentimento face à lentidão do progresso e injustiça das reformas nacionais. E como esse ressentimento não pode ser dirigido contra o Governo (uma das lições da crise da Praça de Tiananmen), os EUA ou o Ocidente acabam por ser as vítimas⁴⁹. Não significa, porém, que se negue a existência de uma suspeita generalizada, por vezes mesmo hostilidade, em relação aos EUA. Mas, tal como noutros países asiáticos (como a Coreia do Sul ou o Japão), essa suspeita, e por vezes hostilidade, entrecruza-se com admiração e respeito. À medida que o seu poder económico aumenta, a China parece decidida a ter um papel mais activo na região Ásia-Pacífico. Se, por um lado, tem mostrado uma apetência para participar numa série de organizações regionais e para se abrir ao comércio com o exterior via Organização Mundial do Comércio, por outro, o forte desenvolvimento militar chinês e o seu comportamento no Mar do Sul da China, onde tem disputas territoriais com outros países do Sudeste Asiático, em conjunto com a sua tendência para ameaçar Taiwan, têm gerado uma forte apreensão na região. Ao contrário da Europa, na região Ásia-Pacífico são ainda poucos e embrionários os *fora* destinados a construir uma maior cooperação regional, especialmente na área da segurança. Por essa razão, o papel de Washington como garante do equilíbrio de poderes e da estabilidade regional continua a ser crucial. É preciso não esquecer que, sujeito ou não a críticas, durante os últimos 50 anos foi o envolvimento norte-americano através da chamada *Pax Americana* que garantiu aos países na região a estabilidade política e militar para prosseguirem programas de desenvolvimento económico que, na sua generalidade, foram bem-sucedidos. Após os atentados de Setembro, qualquer leitura do que

poderá a vir a acontecer à política norte-americana para a região dependerá dos acontecimentos em curso. O sistema de decisão política está longe de se revelar como um bloco monolítico unido contra a China, principalmente graças a um *lobby* muito forte na capital norte-americana que não tem cessado de defender o fortalecimento dos laços entre Washington e Pequim: os grupos económicos norte-americanos. Com os seus 1,3 mil milhões de habitantes, a China é o mercado mais apetecido em termos mundiais. Em 2000, as trocas comerciais entre os dois países atingiram o valor acumulado de 120 mil milhões de dólares, com as companhias norte-americanas a desempenharem um papel cada vez maior no desenvolvimento chinês. Uma presença forte norte-americana no mercado chinês implica que qualquer conflito com Pequim tenha de ser repensado em virtude das consequências negativas que possa a vir a ter no comércio bilateral. Finalmente, a vitória do Partido Democrático Progressista (pró-independência), do actual Presidente Chen Shui-Bian, nas últimas eleições legislativas em Taiwan, em simultâneo com uma crescente complementaridade económica com o continente, leva a questionar até que ponto a integração económica poderá promover a reconciliação política.

NOTAS

¹ Neste artigo, por razões de simplificação de terminologia, os termos «China ou Pequim», «Estados Unidos ou Washington», e «Taiwan ou Taipé», são utilizados para designar, respectivamente, República Popular da China, Estados Unidos da América e República da China. As traduções são da responsabilidade do autor.

² Para as declarações de George W. Bush, e a nova direcção das relações militares com Taiwan, ver «US Protection of Taiwan», «US Annual Taiwan Sales Review», e «US-Taiwan Military Cooperation», *NAPSNet Daily Report*, 25 de Abril de 2001 (www.nautilus.org). Ver também Francisca Gorjão Henriques, «Presidente Americano Promete Defender Taiwan», *Público*, 26 de Abril de 2001 (www.publico.pt). Sobre o pacote de armamento, ver «U. S. official: Taiwan arms sale will address imbalance», 24 de Abril de 2001 (www.asia.cnn.com). Para reacções da China ao anúncio do pacote de armamento a Taiwan, ver John Pomfret, «Taiwan Arms Deal Draws Measured Criticism from China», *International Herald Tribune*, 25 de Abril de 2001.

³ Ver Philip P. Pan, «"Dangerous Road" China Warns», *International Herald Tribune*, 27 de Abril de 2001.

⁴ Ver Shen Dingli, *Implications of the New U. S. Administration for East Asia: A Chinese View*, artigo apresentado no Partnership for Peace: Building Long-term Security Cooperation in Northeast Asia, The Second Collaborative Workshop on East Asia Regional Security Futures, uma organização conjunta do Center for American Studies da Fudan University (Xangai) e Nautilus Institute, Xangai, 3 e 4 de Março de 2001, pp. 3-4 (www.nautilus.org). De acordo com Shen Dingli, director do Center for American Studies da Fudan University, as «[...] (vendas) de armas de origem estrangeira em Taiwan são vistas como fortalecendo a resistência de Taiwan à unificação e por isso prejudiciais ao interesse nacional da China». Adianta ainda que «aumentar a venda de armas a Taiwan apenas cria novas dificuldades para a unificação da China, em vez de lidar com a verdadeira segurança de Taiwan. Estas acções não poderiam ser nunca bem recebidas. Antes reforçam a suspeição da China sobre as intenções estratégicas dos Estados Unidos».

⁵ Ver David A. Shlapak, David T. Orletsky, e Barry A. Wilson, *Dire Strait? Military Aspects of the China-Taiwan Confrontation and Options for U. S. Policy*, MR-1217-SRF (Santa Monica, CA: Rand 2001), p. 2 (www.rand.org).

⁶ Ver Hui Wang, «U. S.-China Bonds and Tensions», em Shuxun Chen e Charles Wolf, Jr., *China, the United States and the Global Economy* (Santa Monica, CA: Rand 2001), pp. 273-277 (www.rand.org).

⁷ Para o comunicado conjunto de Washington e Pequim em 1982, no qual os Estados Unidos se comprometem a reduzir e, em última instância, pôr fim à venda de armamento a Taiwan, ver Steven M. Goldstein and Randall Schriver, «An Uncertain Relationship: the United States, Taiwan and the Taiwan Relations Act», *The China Quarterly* 165 (March 2001), p. 153.

⁸ Ver Sherley A. Khan, «Taiwan: Annual Arms Sales Process», *CRS Report for Congress* (Congressional Research Service: The Library of Congress, June 5-2001), p. 2 (www.faz.org). Entre 1991 e 1998, as vendas de armamento (principalmente oriundo dos Estados Unidos) a Taiwan atingiram os 20 mil milhões de dólares, tornando a ilha no segundo maior cliente depois da Arábia Saudita.

⁹ Ver «China admits Taiwan intimidation», 7 de Março de 1996 (www.cnn.com).

¹⁰ Ver Shlapak, Orletsky e Wilson (2000), p. 3.

¹¹ Um facto importante para este apoio político demonstrado pelo Congresso, e principalmente pelos republicanos, em relação a Taiwan, parece residir nas actividades do *lobby* taiwanês em Washington, que foi sempre visto como um dos mais bem organizados na capital norte-americana. Estas actividades têm incluído o financiamento de viagens a Taiwan por académicos norte-americanos ou membros do Congresso, e de conferências organizadas por *think tanks*, associados à direita conservadora norte-americana, como o Heritage Foundation ou o American Enterprise Institute. Três publicações asiáticas, *Next* e *Sing Tao* (Hong Kong) e *China Times* (Taiwan) alegaram recentemente que o último Presidente de Taiwan, Lee Teng-Hui, estabeleceu, no final dos anos 90, uma conta secreta no valor de cem milhões de dólares, gerida pelos serviços secretos taiwaneses e destinada a apoiar actividades de espionagem no exterior e de propanda a favor dos interesses da ilha. Neste último caso, os fundos secretos supostamente pagaram os serviços de dois dos actuais membros do Departamento de Estado da Administração Bush, antes de terem sido nomeados para os seus cargos. Os dois são Carl Ford Jr. (secretário adjunto para a informação e investigação) e James Kelly (secretário adjunto para as questões do Extremo Oriente e Pacífico). Durante a sua confirmação no Congresso norte-americano, outro dos membros da Administração Bush, John Bolton, subsecretário para a Defesa, disse que, em meados dos anos 90, o Governo de Taiwan pagou-lhe 30 mil dólares por três trabalhos destinados a investigar o melhor caminho para garantir a readmissão da ilha nas Nações Unidas,

mas afirmou que essa ligação não afectaria a sua capacidade enquanto governante. De acordo com investigações realizadas por um jornalista do *Washington Post*, o dinheiro pago a Bolton tinha também como origem a conta secreta. Ver David Corn, «Taiwangate? Bush Appointees Linked to Secret Slush Funds», *The Nation*, 2 de Abril de 2002 (www.thenation.com). O escândalo emerge, precisamente, num período em que se torna cada vez mais evidente o estreitamento das relações entre Washington e Taipé. Citando membros da actual Administração norte-americana, John Pomfret afirma que: «A Administração Bush está a adoptar uma postura política e militar mais próxima de Taiwan do que qualquer outro Governo anterior norte-americano das últimas décadas, como forma de mostrar o seu apoio à democracia na ilha e dissuadir uma ameaça militar chinesa do outro lado do estreito da Formosa». Ver John Pomfret, «Bush pursues strongest U. S. ties with Taiwan since 1979», *International Herald Tribune*, 2 de Maio de 2002.

¹² Ver Ellis Joffe, «China's military keeps on modernizing», *International Herald Tribune* (comentário), 15 de Março de 2002.

¹³ Ver Claude R. Barfield e Mark A. Groombridge, «The U. S. Should Pass the Taiwan Security Act», *Asian Wall Street Journal* (comentário), 23 de Março de 2000.

¹⁴ Ver Goldstein e Schriver (2001), p. 162. É preciso salientar também que a aquisição de armamento por parte de Taiwan parece ter obedecido mais a considerações políticas, i.e., um indicador simbólico do apoio norte-americano, do que à sua incorporação numa bem definida estratégia de defesa, ou à capacidade dos seus militares em absorver diferentes tipos de armas.

¹⁵ Ver Goldstein e Schriver (2001), p. 165. Ver também Mark Lander, «Taiwan Presidential Hopeful Opens a Door to China», *International Herald Tribune*, 21 de Janeiro de 2000.

¹⁶ Ver Eliot Cohen, «“One China” Policy is Obsolete», *Asian Wall Street Journal* (comentário), 22 de Março de 2000. Ver também Matt Forney, «China Worries About Taiwan's Example: Some Chinese Admire Thriving Democracy, But They Do It in Secret», *Asian Wall Street Journal*, 22 de Março de 2000.

¹⁷ Ver «Independentistas Ganham em Taiwan», *Público*, 4 de Dezembro de 2001 (www.publico.pt). Para uma análise das eleições, ver Ralph A. Cossa, «And the Winner is... Lee Teng Hui», *The Korea Times* (comentário), 6 de Dezembro de 2001 (www.koreatimes.co.kr). O Partido Democrático Progressista conseguiu ganhar mais 22 lugares em comparação com as eleições legislativas em 1998, passando de 65 para 87 dos 225 lugares do Parlamento. Mas o maior perdedor, foi, indubitavelmente, o Partido Kuomintang, que tem dominado a política taiwanesa desde os anos 50, que perdeu 55 lugares dos 123 lugares que detinha em 1998, para passar a ter apenas 68.

¹⁸ Ver General Loureiro dos Santos, «O Duelo Estratégico Estados Unidos/ /China», *Expresso*, 13 de Abril de 2001 (www.expresso.pt).

¹⁹ Ver David Shambaugh, «The Inescapable Ambiguity: China and the U.S. share a network of cooperation – and competition», *Asiaweek* (comentário), 20 de Abril de 2001, (www.asiaweek.com).

²⁰ Ver Derek Mitchell, *Implications of the new Bush Administration for East Asia: U. S. view*, artigo apresentado no Partnership for Peace: Building Long-term Security Cooperation in Northeast Asia, The Second Collaborative Workshop on East Asia Regional Security Futures, uma organização conjunta do Center for American Studies da Fudan University (Xangai) e Nautilus Institute, Xangai 3 e 4 de Março de 2001, p. 4 (www.nautilus.org).

²¹ Ver Bonnie Glaser, «First Contact: Qian Qichen Engages in Wide-Ranging, Constructive Talks with President Bush and Senior U. S. Officials», *Comparative Connections: An E-Journal on East Asian Bilateral Relations* (1st Quarter 2001), Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai, Março de 2001 (www.csis.org/pacfor).

²² Ver «US Protection of Taiwan», *NAPSNet Daily Report*, 25 de Abril de 2001. Para o recente fortalecimento dos laços entre Washington e Taipé, ver Jason Dean, «Taiwan President's Stopovers in U. S. Have China Unsettled», *Asian Wall Street Journal*, 21 de Maio de 2001, e Robin Wright e Tyler Marshall, «U. S. – Taiwanese Ties Flourish Under Bush», *International Herald Tribune*, 22 de Maio de 2001. Para uma opinião sobre a importância comercial de Taiwan para os Estados Unidos, ver Frank Carlucci, «High Stakes in the Taiwan Strait: America is increasingly dependent on Taiwan for productivity gains», *Asian Wall Street Journal* (comentário), 22 de Maio de 2001.

²³ Ver John Pomfret, «Taiwan Military Needs More Than Arms», *International Herald Tribune*, 25 de Abril de 2001.

²⁴ Sobre o adiamento da venda do sistema *Aegis*, ver David E. Sanger e Eric Schmidt, «Advisers Urge Bush to Defer Sale of *Aegis* Destroyer to Taiwan», *International Herald Tribune*, 19 de Abril de 2001.

²⁵ Para uma opinião sobre o equilíbrio militar entre a China e Taiwan, ver David Shambaugh, «China is All Bark and No Bite: Taiwan Has the Edge for Now», *International Herald Tribune* (comentário), 7 de Março de 2000, e «The Taiwan Prescription is Deterrence Without Provocation», *International Herald Tribune* (comentário), 23 de Abril de 2001.

²⁶ Ver Joe Leahy, Richard McGregor e Mure Dickie, «US Warns it may aid Taiwan on missile defence», *Financial Times*, 19 de Abril de 2002.

²⁷ Ver Bonnie Glaser (1st Quarter 2001), p. 4.

²⁸ Ver Bonnie Glaser, «Terrorist Strikes Give U. S.-China Ties a Boost», *Comparative Connections: An E-Journal on East Asian Bilateral Relations* (Third Quarter 2001), Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai, Outubro de 2001, p. 1 (www.csis.org/pacfor). Ver também Susan V. Lawrence, «China's Choice: The Other Superpower May Make Demands But Won't Interfere», *Far Eastern Economic Review*, 27 de Setembro de 2001, Richard McGregor, «US and China not quite close and personal», *Financial Times*, 19 de Fevereiro de 2002, e «China's worrying friendships», *The Economist*, 27 de Abril de 2002.

²⁹ Sobre o encontro entre os dois líderes, ver Gerard Baker, «Jiang and Bush try for a fresh start», *Financial Times*, 20-21 de Outubro de 2001. Ver também Ralph A. Cossa, «China: Odd Man Out in the Evolving New World Order?», *PacNet Newsletter*, 2 de Novembro de 2001, Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai (www.csis.org). Cossa, no entanto, argumenta que, desde o ataque a 11 de Setembro, as relações entre Washington e Pequim, ao contrário dos laços com Moscovo, continuam «enlodados» no que os Chineses antes descreveram, mas num contexto diferente, como «mentalidade de Guerra Fria».

³⁰ Sobre o incidente, ver James Kynge, «China claims spy bugs found on president's jet», *Financial Times*, 19-20 de Janeiro de 2002, e James Kynge e Stephen Fidler, «US and China try to limit spy device damage», *Financial Times*, 21 de Janeiro de 2002.

³¹ Para uma análise da visita de Bush a Pequim nos dias 21 e 22 de Fevereiro, ver Bonnie S. Glaser, «Two Steps Forward, One Step Backward», *Comparative Connections: An E-Journal on East Asian Bilateral Relations* (1st Quarter 2002), Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai, Abril de 2002 (www.csis.org/pacfor). Ver também Richard Wolffe, «US and China fail to make missile deal», *Financial Times*, 22

de Fevereiro de 2002, e «No Change: The Bush-Jiang Summit achieved little», *The Economist*, 2 de Março de 2002.

³² Ver Richard Wolffe and James Kynge, «Bush Accepts “One China” but calls for law reforms», *Financial Times*, 23 e 24 de Fevereiro de 2002.

³³ Ver James Kynge, «Beijing’s leader-in-waiting flexes his muscles», *Financial Times*, 25 de Janeiro de 2002.

³⁴ Ver Erik Eckholm, «China’s heir apparent makes U. S. debut», *International Herald Tribune*, 29 de Abril de 2002, e Richard Wolffe, «Chinese heir apparent faces Bush scrutiny», *Financial Times*, 1 de Maio de 2002.

³⁵ Ver Charles Hutzler, China Responds with Caution to U. S. Policy, *Asian Wall Street Journal*, 24 de Maio de 2001. Para uma opinião chinesa sobre as relações entre Washington e Pequim, ver Chu Shulong, *The U. S. and China in the Early 21st Century: Cooperation, Competition or Confrontation*, e Shen Dingli (2001), artigos apresentados no Partnership for Peace: Building Long-term Security Cooperation in Northeast Asia, The Second Collaborative Workshop on East Asia Regional Security Futures, uma organização conjunta do Center for American Studies da Fudan University (Xangai) e Nautilus Institute, Xangai, 3-4 de Março de 2001 (www.nautilus.org).

³⁶ Ver Ralph A. Cossa, «Taiwan “Independence”», *PacNet Newsletter*, 11 de Maio de 2001 (www.csis.org). Cossa diz que, mesmo que tal referendo acontecesse nos próximos tempos, apenas dez a 15 por cento da população votariam por uma declaração imediata da independência, e que a maioria continuaria a preferir o *statu quo*, devido a receios de caos ou mesmo guerra no estreito.

³⁷ Ver «Chen Warms up to Chinese motherland», *The Economist*, 20 de Maio de 2000. Ver também entrevista com *Asian Wall Street Journal*, «Mr. Chen’s Goodwill Message», 11 de Março de 2000. Para uma análise da mudança política em Taiwan desde a vitória de Chen Shui-Bian, ver Yu-Han Chu and Larry Diamond, «Sizing Up Taiwan’s Political Earthquake», *Journal of East Asian Studies* 1: 1 (Fevereiro de 2001), pp. 211-235.

³⁸ Ver «China learns to live with Chen», *The Economist*, 1 de Dezembro de 2001. Para uma análise do primeiro ano do mandato de Chen, ver Hugo Restall, «Chen Shui-bian’s First Year», *Asian Wall Street Journal* (comentário), 16 de Maio de 2001.

³⁹ Para diferentes interpretações do relatório, ver James A. Kelly, «What is Beijing’s ‘Policy Paper’ Trying to Convey?», *International Herald Tribune* (comentário), 13 de Março de 2000, e Karen Sutter, «Don’t Overlook Pequim’s Other Message», *Asian Wall Street Journal* (comentário), 2 de Março de 2000.

⁴⁰ Ver Philip P. Pan, «China Spurns and Offer From Taiwan’s Leader», *International Herald Tribune*, 19 e 20 de Maio de 2001.

⁴¹ Para uma análise recente das relações entre Pequim e Taipé, ver David G. Brown, Triangular Cross-Currents, *Comparative Connections: An E-Journal on East Asian Bilateral Relations* (1st Quarter 2002), Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai, Abril de 2002 (www.csis.org/pacfor).

⁴² Ver John Pomfret, «Keeping the Eye on Bush Visit, Pequim Alters Tone on Taipei», *International Herald Tribune*, 25 de Janeiro de 2002, «A Question of Interpretation», *Asia Times Online*, 29 de Janeiro de 2002 (www.atimes.com).

⁴³ Ver David Lague, «Goodbye to The Mainland», *Far Eastern Economic Review*, 7 de Fevereiro de 2002 (www.feer.com).

⁴⁴ Ver *ibidem* e Mark Lander, «As China Turns down heat, Taiwan asserts its identity», *International Herald Tribune*, 8 de Março de 2002.

⁴⁵ Ver Jason Dean e Eric Guyot, «China Investments Concern Taiwan», *Asian Wall Street Journal*, 15 de Maio de 2001.

Entre a cooperação e o conflito: LUÍS MAH
a questão de Taiwan
nas relações sino-americanas¹

⁴⁶ Ver Russell Flannery, «Business Matters Bind China and Taiwan», *Asian Wall Street Journal*, 25 e 26 de Fevereiro de 2000. Para uma análise do papel do sector privado na política de Taiwan para o continente, ver Yun-Han Chu, *Between Market and State: The Business Sector and the Making of Mainland Policy in Taiwan*, artigo apresentado no XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, 17 a 21 de Agosto, Seul, Coreia do Sul. Ver também Mure Dickie, «Business finds route across a bitter divide» e «Struggling to resist the pull of the mainland», *Financial Times*, 23 e 24 de Janeiro de 2002.

⁴⁷ Ver «In WTO, Taipei Vows Big Steps», *International Herald Tribune*, 2 de Janeiro de 2002.

⁴⁸ Ver Francesco Sisci, «China's Leadership: Lack of Nimbleness Exposed», *PacNet Newsletter*, 14 de Abril de 2001, Pacific Forum CSIS, Honolulu-Havai (www.csis.org). Em relação à política para com Taiwan, ver John Pomfret, «Who's Behind China's Taiwan Policy? Zigzags Stump Even the Elite», *International Herald Tribune*, 9 de Março de 2000.

⁴⁹ Ver Fergal Keane, «How China has showed weakness in accepting Mr. Bush's regrets?», *The Independent/ Korea Herald* (comentário), 21 de Abril de 2001.